

SARNEY ADVERTE

O presidente aproveitou seu programa *Ao Pé do Rádio*, ontem, para dizer que não aceita pressões dos empresários para rever sua política econômica.

As pressões dos empresários contra o Plano Cruzado não farão o governo alterar sua política econômica, garantiu ontem o presidente Sarney em seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*. Visivelmente irritado, o presidente criticou a pregação em favor da "desobediência civil", embora sem citar nominalmente o empresário Mário Amato, presidente da Fiesp, que havia levantado essa tese durante a semana. Para Sarney, os que estão nessa posição são anarquistas e querem desestabilizar o governo.

Estranhamente, o texto do pronunciamento só foi distribuído à imprensa à tarde, embora o programa tenha ido ao ar às 6 h. da manhã. As cópias liberadas pela Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto continham muitas revisões e alguns cortes no texto. Foi cortado, por exemplo, o trecho em que Sarney cita o anarquista soviético Mikail Bakunin, que para ele estaria inspirando a ação de alguns empresários. Algumas expressões foram suprimidas pela assessoria do presidente, tornando o texto mais suave e menos contundente, e ressaltando a opinião de Sarney de que a proposta de desobediência civil "não expressa o pensamento da classe".

O porta-voz Antônio Frota Neto, que está sendo substituído no cargo pelo jornalista Getúlio Bittencourt, não assumiu a responsabilidade pela censura. Disse que o texto oficial lhe foi remetido pelo gabinete pessoal do Presidente da República. Outras fontes consultadas atribuiram o trabalho de revisão da versão original ao dicionarista Joaquim Campelo, amigo pessoal do presidente e que o auxilia na redação de discursos.

Dívida

No pronunciamento que foi ao ar ontem, Sarney reclama que o País atravessa dificuldades demais para continuar sofrendo pressões internas e externas, que na sua opinião visam enfraquecer a economia nacional num momento crucial de renegociação da dívida externa. Duas vezes, demonstrando desapontamento, o presidente afirma que dirigentes empresariais, "num momento em que se procura consolidar o Estado de direito no Brasil, o regime da lei, pregam a desobediência civil, a anarquia e passam a ser aliados daquela coisa do séc. passado, que é aliado do Bakunin."

As pressões e o pessimismo — recorda Sarney — existem desde o primeiro dia do seu mandato. "Dia e noite semeia-se o desânimo e anuncia-se o desastre", diz ele, acrescentando que o Brasil não será vítima de um desastre. O governo, disse ainda, existe "para administrar problemas", e garantiu que resistirá permanentemente ao que qualificou de "interesses dos poderosos que muitas vezes não olham o Brasil e sim os seus próprios interesses". Todas as pressões existentes têm como objetivo deixar o País enfraquecido na mesa de negociações com os credores internacionais. "Isso, contudo, não vai acontecer e não nos intimida", afirmou.

O Brasil otimista, na visão do presidente da República, é aquele que conseguiu fazer com que a inflação de 1985, de 233,11% caísse no ano passado para 22,8%; um saldo positivo na balança comercial de US\$ 10 bilhões; e um crescimento de 8% e 5% para a produção agrícola. "Nenhum país do mundo teve um desempenho igual ao do Brasil", disse ele, destacando também as críticas, que a seu ver não procedem, feitas aos gastos públicos do governo. Esses gastos representavam em 1985 o correspondente a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), e fechou o ano de 1986 em 2,5% do PIB. Com os recursos de que se dispõe, declarou, não há por que ter medo do futuro.

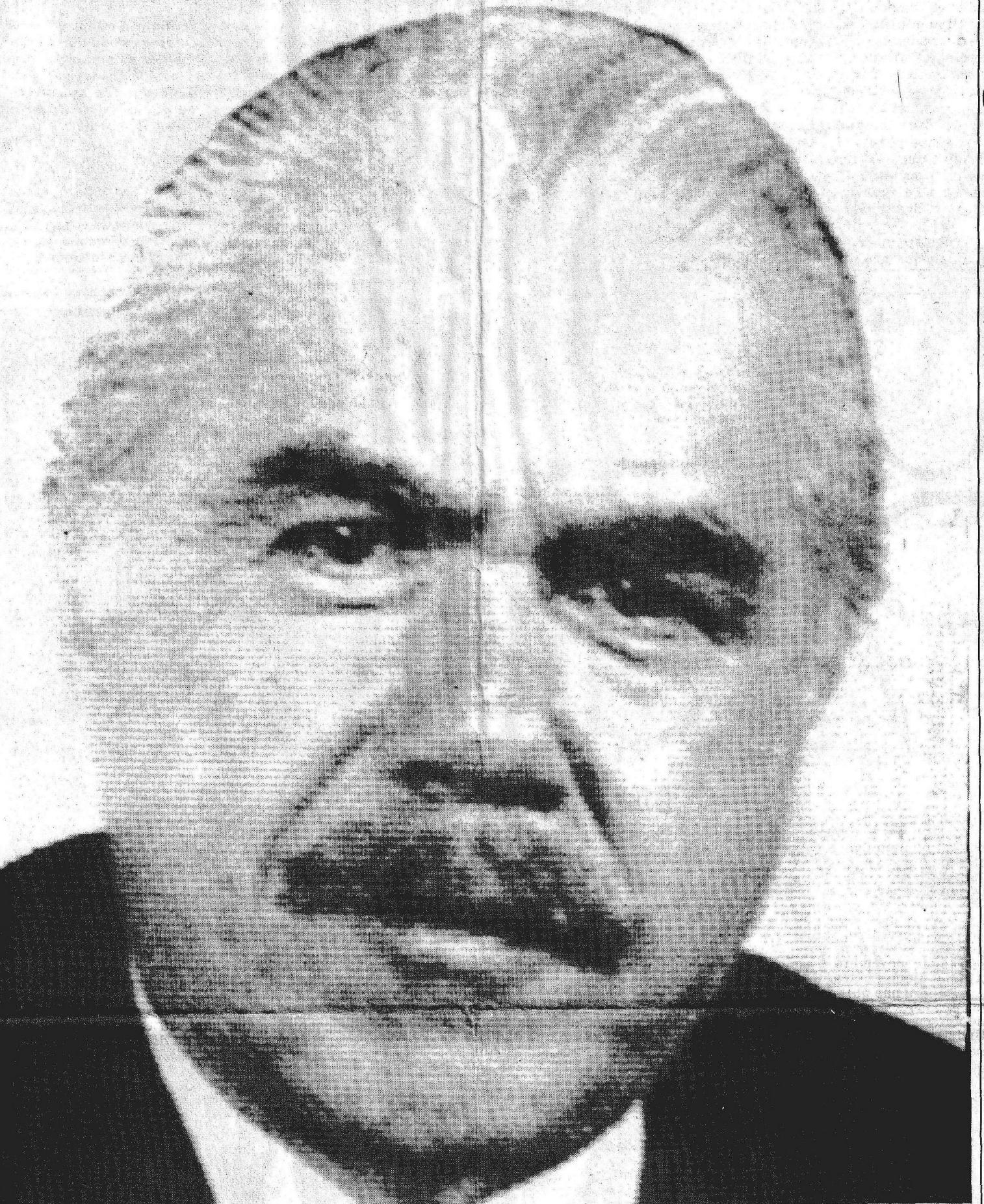
Um programa diferente

No programa "Conversa ao pé do rádio" de ontem, o presidente José Sarney fugiu do habitual. Primeiro, dispensou os assessores que o auxiliam na preparação do texto, entre os quais o jornalista Luiz Gutemberg. Segundo, deixou para a última hora a redação final, após um dia inteiro de audiências em que ouviu muitos políticos e trocou idéias sobre a realidade econômica do País. O programa foi gravado depois das 20 horas de quinta-feira na presença de poucos auxiliares, que incluíam, além de Gutemberg, o porta-voz Antônio Frota Neto.

Em nenhum momento o presidente foi recomendado a suprimir a comparação que fez entre empresariado descontente com a demora no realinhamento dos preços e o ideólogo anarquista Mikail Bakunin. No entanto, o efeito produziu poucas horas depois do pronunciamento ser levado ao ar, quando os telefones de alguns gabinetes começaram a tocar com insistência, levou o Palácio do Planalto a tentar suavizar a mensagem oficialmente distribuída pela Secretaria de Imprensa.

Ao escrever a "Conversa ao pé do rádio", segundo confidenciaram fontes próximas ao gabinete presidencial, Sarney estava disposto a responder, ainda que agressivamente, ao que considerava mais grave desse que o Plano Cruzado começou a sofrer alguns revéses: a ameaça de desobediência civil mencionada, segunda-feira passada, pelo presidente da Fiesp, Mário Amato. Para uma importante fonte do Planalto, o presidente Sarney tinha convicção de que estava dizendo a quem estava atingindo com o seu ataque, fazendo crer que possuía "trunfos" para ainda manter os compromissos de seu governo com a classe trabalhadora.

Oficialmente, porém, o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, procurou minimizar a censura feita ao texto original levado ao ar e disse que a versão divulgada no início da tarde, com timbre da Secretaria de Imprensa, era na verdade o que havia sido escrito de próprio punho por Sarney. A ênfase dada ao anarquismo que estava disseminado entre os empresários, segundo ele, foi dada no calor da emoção do presidente durante uma gravação — e que o faz, freqüentemente, improvisar frases. De acordo com Frota Neto, é norma do Planalto divulgar a primeira versão, e não a última.



Sarney chama empresários descontentes de anarquistas.

Mário Amato e Bakunin



Mikail Bakunin (à esquerda) e Mário Amato

Ao citar o falecido líder anarquista soviético Mikail Bakunin, em seu programa de rádio ontem, o presidente Sarney deve ter surpreendido muita gente. Como, alias, já tinha causado surpresa ao fazer um discurso na ONU citando o desconhecido poeta maranhense Bandeira Trabuzzi (que alguns chegaram a confundir com Carlos Drummond de Andrade). Mas comparar o presidente da Fiesp, Mário Amato, com Bakunin é algo inesperado — mesmo para alguém acostumado a provocar surpresas.

Surpre, e muito, deve estar o próprio Amato, considerado na Fiesp um dos líderes empresariais mais moderados do País. Em 1983, quando foi lançada sua candidatura à presidência da Fiesp, Amato era criticado por alguns setores do empresariado por sua posição contemporizadora e "de muita moderação" nos ataques ao governo. Na época, com 65 anos, esse empresário que dirige a indústria de móveis de aço Fiel e a Springer Refrigeração dizia não ter pretensões de assumir o cargo. Mas seu nome acabou se impondo, à frente de outros mais assíduos nas críticas à política econômica.

Em setembro último, ao assumir a presidência da Fiesp em substituição a Luiz Euclides Barreto Vidigal Filho, Mário Amato mantinha essa postura. Assumiou a defesa não só do Plano Cruzado com o também do Cruzado II, mesmo diante das críticas de

vários de seus colegas, lembrando que a estratégia do governo havia sido "a única proposta consistente apresentada à sociedade e aos empresários como alternativa ao caos que se estabelecia em março com a inflação fora de controle, subindo para os 500%.

Essa frase fez parte de uma declaração que Mário Amato deu no dia 2 de dezembro, dez dias depois do Cruzado II e logo após reunir-se com toda a diretoria da Fiesp. Ele criticava os organizadores do quebra-quebra de Brasília e dava um voto de confiança ao presidente Sarney. "Agir ao contrário", dizia, "seria fazer o jogo dos que, acima da

causa nacional, querem impor seus próprios interesses não infensos à infiltrada política e ideológica."

São opiniões bem próximas às que Sarney emitiu ontem em seu programa. E bem distantes do que pregava Bakunin no século passado quando, de estudante de Filosofia e depois professor de Matemática, se transformou em revolucionário, em 1841. "A verdadeira religião está na ação política e na luta social", dizia Bakunin, que se tornou líder de um inexistente "exército anarquista internacional". A princípio admirador de Karl Marx, Bakunin foi depois seu grande adversário, acusando-o de corromper os trabalhadores e transformá-los em intelectuais.

Os dois lutaram intensamente pelo controle da Primeira Internacional. Mas, enquanto Marx defendia a revolução operária, Bakunin dizia que os trabalhadores brancos, quando subiam ao poder, tornavam-se inimigos da classe operária. Ele participou da revolução de 1848 em Paris, mas depois, ao ser condenado à morte e devolvido à Rússia, fez uma autocrítica, confessando seus crimes políticos e sua loucura. Passou então a descrever o socialismo como a grande mentira do séc. XIX, "que trouxe a democracia oficial e a burocracia vermelha".

O anarquista que Sarney lembrou ontem morreu na Suíça, em 1876.

OS EMPRESÁRIOS

Líderes saem em defesa do presidente da Fiesp

O presidente da Fiesp, Mário Amato, não quis comentar ontem o pronunciamento do presidente Sarney, que, sem citá-lo nominalmente, acusou-o de incitar a desobediência civil. Logo ao tomar conhecimento do que dissera o presidente, Amato reuniu-se com a diretoria da entidade para estudar uma possível resposta. Mas a idéia acabou sendo deixada de lado, e Amato não foi mais encontrado durante todo o dia.

Mesmo assim, diversos empresários saíram ontem em defesa do presidente da Fiesp e procurando esclarecer o que ele quisera dizer quando falou em desobediência civil. "Houve má interpretação", comentou o vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira, Fábio Verde Guimarães. "Ele apenas fez um alerta, mas não pregou a desobediência civil", disse o presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman.

De modo geral, os empresários condensaram o pronunciamento de Sarney sob a justificativa de que a intenção de Amato

não era colocar o setor contra o governo mas apenas advertir sobre os riscos da política econômica.

Na opinião do vice-presidente da Sociedade Rural, tudo não passou de um mal entendido que em nada prejudicará as relações entre empresários e governo. "Não temos procurem para defender o Amato, mas jamais ele teve a intenção de pregar a desobediência civil. O que os empresários querem é uma direção para que possam cumprir seus compromissos, inclusive sociais, como deseja o governo. Ninguém mais sabe do que os empresários desejam que toda a Nação caminhe pelo caminho de estabilidade."

Na mesma linha de raciocínio, o presidente da Federação do Comércio de São Paulo não quis nem comentar a ameaça do ministro da Fazenda Dilson Funaro, de que o governo cortará o crédito que promoverá a desobediência civil. Szajman disse que não existe esse risco. "A posição dos

empresários é a mesma do presidente da República em relação à necessidade de estabilidade. Nós assinamos um documento que foi enviado ao presidente, colocando a posição dos empresários em relação a alguns problemas, mas não se fala em desobediência civil."

Os empresários, segundo o presidente da Federação do Comércio, são partidários de que a lei deva ser cumprida e estão empenhados no desenvolvimento do País. O que houve, diz ele, "foi talvez uma certa força verbal no pronunciamento do presidente da Fiesp, mas sem a intenção de defender a desobediência civil".

O presidente da Federação do Comércio disse também que os empresários são obedientes e jamais defendem qualquer tipo de procedimento que passe por cima das leis. "Não vejo nenhuma possibilidade de que alguma coisa venha acontecer, por parte dos empresários, que não seja em favor do Brasil".

Funaro ameaça cortar crédito de empresários e acena com abono salarial

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, reiterou a possibilidade de concessão de um abono salarial geral e ameaçou com corte de crédito oficial os empresários que aumentarem preços sem autorização do governo. "O presidente Sarney colocou muito bem" as críticas contra esses empresários no seu programa, disse Funaro, ao comentar a fala presidencial da última "Conversa

ao pé do rádio". Funaro disse que "o governo não vai admitir" que os empresários remarquem seus preços sem que antes seus pedidos sejam analisados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Reforçou também que o CIP será rígido em suas análises, "porque muitas vezes existem setores que pedem 50% de aumento quando na realidade de precisam de apenas 15%".

O ministro insistiu que o momento é de "calma e paciência", porque o governo está implantando um processo de preços administrados. Demonstrando irritação, afirmou que "a simples mudança do calendário não justifica aumento para todo mundo. No ano passado, a maioria das empresas foram muito bem". Funaro também elogiou o pronunciamento de Sarney, no trecho em que pediu sacrifício aos empresários: "Não só os empresários, mas todos os brasileiros devem dar sua cota de sacrifício".

Voltou, ainda, a garantir que não haverá mais congelamento geral de preços após o realinhamento. Contudo, prestou informações contraditórias sobre o futuro dos preços de cesta básica após o realinhamento. No início de sua entrevista à portaria do ministério da Fazenda, revelou que ocorrerá um novo congelamento para a cesta. Depois, informou que o governo a administração, "porque não adianta controlar os preços dos alimentos para sufocar alguns produtores".

O ministro outra vez demonstrou sua preocupação com a perspectiva de disparo contínuo do gatilho da escala móvel de salários. Reafirmou que "os trabalhadores, empresários e governo precisam discutir o problema do gatilho, dentro do entendimento nacional". Voltou a citar a possibilidade de concessão de um abono salarial geral para compensar o efeito inflacionário do realinhamento de preços. "Nós temos que analisar todas as fórmulas quando há um impasse."

Mas Funaro preferiu insistir na tese de que a correção dos salários deve ser feita simultaneamente à dos preços. Funaro, entretanto, não explicou como isso poderá ocorrer, preferindo afirmar que "isso deve sair do entendimento nacional que o ministro Pazzanotto está articulando".

Ele demonstrou irritação quando perguntado sobre os boatos de sua demissão. "Todos os dias este boato velho. Arrumem uma pergunta nova", afirmou aos repórteres. O ministro teceu sérias críticas contra os "maus brasileiros" que criam os boatos sobre sua demissão, "num momento sério para a economia interna e externa". Destacou que estes boatos prejudicam, especialmente, as negociações da dívida externa.

O ministro também revelou que deverá viajar para os Estados Unidos e Europa no final deste mês, para dar prosseguimento às negociações da dívida externa. Observou que a data certa do embarque e a extensão dos contatos no Exterior dependerá dos resultados das discussões com o Clube de Paris, a se iniciarem no próximo dia 19.

Conselho do general aos trabalhadores: lutem com bom senso

O comandante militar do Sul, general Edson Bosca Guedes, alertou ontem os trabalhadores do País, para que "não pensem em lutar fora do bom senso" e recomendou à classe trabalhadora que lute por todas as suas reivindicações, respeitando a legislação vigente. "A luta é digna desde que dentro da lei", reiterou o general, ao demonstrar confiança em que o pacto social, almejado pelo governo, se concretize. Ressaltando a importância do pacto social proposto pelo presidente Sarney, o general Bosca Guedes declarou, porém, que deverá ser precedido por concessões de ambos os lados.

Todos, tanto empresários quanto trabalhadores, devem, necessariamente, na opinião do comandante militar do Sul, ceder "um pouco" em relação às suas aspirações para que o País possa chegar a um futuro tranquilo, com estabilidade e desenvolvimento", com a maior parte dos setores da sociedade brasileira entrosada com o governo federal, na busca por uma sociedade mais justa.

Pouco após presidir a cerimônia de troca do comando da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, que passou do general Raymundo Maximiano Negrão Torres para o general Luiz Guilherme de Freitas Coutinho, o general Guedes disse não acreditar que posição crítica tomada pela CUT em relação ao governo, especialmente em relação ao pacto social, prejudique muito a concretização das metas propostas. "Não acredito em perigo da CUT, pois ela está lutando por seus objetivos."

Sobre as insistentes reivindicações de melhorias salariais, inclusive por parte de vários setores da comunidade militar, que reclamam da defasagem em seus vencimentos, o comandante militar do Sul disse que o problema deverá ser resolvido dentro das possibilidades. Acha que a tendência do governo é reajustar os salários, bem como o anunciado realinhamento geral dos preços. Em relação ao atual momento de instabilidade da economia em geral, o general manifestou a sua confiança no sentido de que será superado e, assim, acha que não deve haver "cortes" nos investimentos programados pelo Ministério do Exército para este ano.